

Língua e política. Conceitos e casos no espaço da América do Sul. María Teresa Celada; Adrián Pablo Fanjul. São Paulo: Edusp, 2022.

Xoán Carlos Lagares

Xoán Carlos Lagares é doutor em Linguística pela Universidade da Coruña (2000). Atualmente é professor do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, onde desenvolve pesquisas sobre política linguística e história social das línguas. É autor de artigos e capítulos de livro nessas áreas de conhecimento; é também autor do livro *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos* (Parábola, 2018), co-organizador das coletâneas *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (Parábola, 2011), *Galego e Português brasileiro: história, variação e mudança* (EDUFF, 2012) e *Glotopeolítica e práticas de linguagem* (EDUFF, 2021) e co-autor da coleção de livros didáticos de língua espanhola para o Ensino Médio brasileiro *Confluência* (Moderna, 2016).
ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0974-2118>>
Contato: xlagares@id.uff.br
Brasil

Recebido em: 25 de setembro de 2023

Aceito em: 25 de setembro de 2023

Para se constituir como ciência autônoma, com um objeto próprio e sistemático, a linguística moderna afastou a sua atenção do uso (a “parole” na famosa dicotomia do *Curso de Linguística Geral* [1916], entendida aqui como uso individual). A dimensão política da linguagem se perde nesse processo de construção de um objeto de pesquisa formal (a “langue”, compreendida enquanto sistema), definido pelas relações que os elementos gramaticais estabelecem entre si, para além (ou para aquém) das práticas de linguagem concretas. Por outro lado, essa opção epistemológica servia aos interesses ideológicos dos Estados nacionais em formação, naturalizando as línguas como objetos neutros, perfeitamente delimitados e “com vida própria”, como dizem os autores na introdução da obra.

Nas últimas décadas, a reflexão sobre a dimensão política da língua na sociedade brasileira vem tomando corpo, em trabalhos que se debruçam sobre o preconceito linguístico, sobre o papel social da prescrição linguística ou sobre as línguas em situação minoritária, e a pesquisa sobre a relação entre linguagem e política adquire formas diversas, de acordo com perspectivas teóricas que se situam, *grosso modo*, nos campos da sociolinguística, da linguística aplicada e da análise do discurso, sempre assumindo olhares que podemos denominar inter ou transdisciplinares. É nesse contexto que o livro de María Teresa Celada e Adrián Pablo Fanjul ocupa um lugar muito relevante, ao propor uma acurada reflexão teórica e uma profunda discussão conceitual, partindo de um olhar identificado com a análise materialista do discurso e dialogando com outras áreas de conhecimento, como a história, a sociologia, as teorias da comunicação ou a filosofia política. Nesse

sentido, os autores esclarecem logo na introdução que o objetivo principal do livro é promover, no ensino universitário brasileiro, a reflexão sobre o funcionamento político das línguas, ensejando a sua projeção no ensino básico por meio dessa intervenção na formação de futuros professores dos cursos de Letras. Mas, além disso, essa contribuição para a reflexão sobre o político na linguagem se dirige também a outros profissionais do campo das humanidades, como jornalistas, historiadores, cientistas sociais etc.

Outro elemento que marca a relevância da obra no contexto da produção acadêmica brasileira atual é o constante diálogo entre casos e intervenções glotopolíticas no Brasil e nos países hispânicos, com comparações que iluminam o modo como se constituem politicamente duas línguas próximas como o espanhol e o português, e que permitem entender também as complexas relações que se estabelecem historicamente entre elas.

De fato, ambos os autores, argentino-brasileiros, instalados há muitos anos no Brasil e com amplas trajetórias de pesquisa sobre as relações discursivas entre espanhol e português, se situam nesse lugar fronteiro, ou bifronte, com olhares habituados a enxergar ambas as línguas, como pesquisadores e, ao mesmo tempo, como ativistas linguísticos no âmbito político do ensino de espanhol no Brasil. Neste livro, como tão acertadamente indica o subtítulo, o foco de atenção recai sobre a América do Sul, entendido como um espaço geográfico mas também como um *espaço de enunciação* onde espanhol e português funcionam como línguas hegemônicas.

O primeiro capítulo, assinado por ambos os autores, explica alguns conceitos fundamentais na relação entre língua(s) e política. Com base em

Rancière (1995), “o político” é definido no livro como conflito e dissenso, e dessa maneira se relaciona ao conceito de *espaço de enunciação* de Guimarães (2002: 18), entendido como um espaço em que funcionam línguas “que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. Outros conceitos apresentados nesse primeiro capítulo se inserem no campo da sociolinguística, como *variação* e *diglossia*, ou se situam no âmbito da História das Ideias Linguísticas, como *língua nacional*, *língua oficial* e *língua materna*. Se as duas primeiras noções de língua podem ser definidas pela relação que estabelecem com realidades construídas socialmente como a nação e o Estado, esta última, a *língua materna*, não corresponderia a nenhuma referência empírica, mas poderia estar constituída por fragmentos de várias línguas ou mesmo pela sua falta, quando faz referência a uma língua proibida ou ocultada.

A articulação teórica desenvolvida no livro assume uma perspectiva glotopolítica, no sentido de não separar as políticas linguísticas da “argumentação polêmica em torno delas” (p. 49), estudando, de acordo com a proposta de Guespin e Marcellesi (1986), todas as ações “conscientes ou não” sobre a linguagem na sociedade. E aí ocupam um lugar destacado os estereótipos, imaginários e ideologias dos falantes. O livro enseja, portanto, um fecundo diálogo entre a glotopolítica e a análise do discurso, que fornece metodologias e modelos de análise para estudar esses enunciados que veiculam crenças e representações sociais. Essa perspectiva de estudo assenta as suas bases numa tradição que tem sua origem na Universidade de Buenos Aires, e vai ao encontro de pesquisas desenvolvidas no Brasil no âmbito da História das

Ideias Linguísticas, na Universidade Estadual de Campinas, de maneira que, também nesse sentido, o livro é de alguma maneira expressão de uma síntese criativa de linhas de pesquisa características do Cone Sul americano.

O segundo capítulo, escrito por Adrián Pablo Fanjul, aborda os diversos tipos de intervenção política sobre a(s) Língua(s), assim como os conflitos em torno delas. Aqui, é destacável a problematização da relação entre descrição e prescrição, que é uma dicotomia importante para a constituição da linguística formal, ao refletir sobre como toda tentativa de representação da linguagem como objeto é, finalmente, uma intervenção sobre ela. É introduzido então o conceito de *gramatização*, cunhado por Sylvain Aurox (1992), para fazer referência à elaboração de instrumentos linguísticos capazes de delimitar línguas e marcar fronteiras na heterogeneidade linguística, criando por meio desse procedimento metalinguístico *línguas imaginárias* (Orlandi e Souza, 1988).

Desse ponto de vista, a padronização é vista como um procedimento político a serviço dos estados nacionais, para unificar territórios com a homogeneização das práticas de linguagem promovidas, fundamentalmente, pelo sistema escolar. Da perspectiva teórica assumida no livro, é questionada toda suposta objetividade ou espontaneidade nos processos em que se estabelecem regularidades nos usos linguísticos, de acordo com fatores econômicos, culturais ou profissionais, entendendo que o que existe realmente é “uma distribuição de lugares sociais para o dizer”, sendo que “esses lugares fazem parte da divisão conflitante das subjetividades sociais na linguagem, e não de uma objetividade” (p. 75). A valorização de determinadas práticas de

linguagem, nessa perspectiva, seria um “efeito de sentido” da sua própria regulação. Aquilo que para a sociolinguística seria “norma *normal*”, implícita (frente à “norma *normativa*”, produto da regulação explícita promovida pela padronização), estaria, portanto, longe de responder a uma ordem espontânea e objetiva.

O planejamento das línguas no território nacional, com as diferenças de *status* entre elas, assim como as operações políticas de difusão da língua nacional no exterior, são objeto de reflexão neste capítulo, que também aborda o caso do espanhol no ensino regular brasileiro e compara os processos padronizadores e os conflitos que surgem como resultado da expansão colonial das línguas espanhola e portuguesa. As tensões internas nos diversos países e a polêmica em torno das políticas normativas de unificação linguística (em espaços idiomáticos que devem lidar com a diversidade das práticas de linguagem nos diferentes territórios e com a representação mais ou menos unitária do idioma) são abordadas mantendo o foco nas formas como se manifestam essas *relações de forças* em espanhol e em português.

O terceiro capítulo, de autoria de Maria Teresa Celada, aprofunda a reflexão sobre os processos de *gramatização*, explorando o caso da produção de *instrumentos linguísticos* do espanhol. Destaca, nesta completa descrição do processo glotopolítico de delimitação do espanhol, que opera para além das fronteiras nacionais de um país específico (enquanto política de controle praticada, fundamentalmente, por instituições espanholas), a análise dos sentidos associados a conceitos como *espanglish*. Também são analisadas as tensões normativas em relação ao pan-hispanismo, enquanto política

centralizadora da norma-padrão, e o afunilamento das variantes promovido pelas sucessivas reformulações dos seus instrumentos linguísticos, conforme se encaixam num discurso pedagógico orientado ao âmbito escolar. Em livros didáticos de espanhol como língua estrangeira empregados no Brasil, o léxico latino-americano aparece marcado sob o signo da alteridade, o que permite delimitar um centro para a língua, situado na Espanha. Nesse sentido, o livro desenvolve uma crítica consistente ao pan-hispanismo, enquanto política de reconhecimento da diversidade cultural que faz da língua um “instrumento comum” capaz de sobrevoá-la, estabelecendo uma relação desigual entre centro e periferia. O capítulo termina com uma extensa reflexão sobre a ideologia da “língua universal” ou internacional associada ao inglês, entendido como variedade “objetiva”, “veicular” ou “neutra”, dando visibilidade “ao processo de construção e de constituição de sentidos que se apresentam como evidências e que – por efeito da repetição que fez com que se cristalizassem – funcionam como verdades inquestionáveis” (p. 161).

O capítulo seguinte, também escrito por Maria Teresa Celada, explora especificamente a colonização linguística no espaço da América do Sul. Começando pela análise dos sentidos do verbo “colonizar” em diferentes dicionários de espanhol, é enfatizada a funcionalidade da escrita como instrumento de poder no processo colonizador, com base no trabalho de Mariani (2004). Dessa maneira, a comparação histórica entre a colonização linguística no Brasil e no espaço hispano-americano levanta questões muito valiosas para entender as relações entre ambas as línguas. A autora expressa aqui o desejo de que a descolonização e o processo de integração regional

avancem com políticas linguísticas como as dos certificados de proficiência Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros) e Celu (Certificado de Español Lengua y Uso), que representam um projeto de colaboração acadêmica no espaço sul-americano. Também valoriza ações glotopolíticas com potencial descolonizador, como o reconhecimento oficial das línguas originárias na Bolívia, por exemplo, ou a promoção do português no Uruguai, no âmbito de decisões tomadas em instâncias como Mercosul ou Unasul.

O quinto capítulo, assinado por Adrián Pablo Fanjul, se centra num aspecto muito relevante em termos glotopolíticos, pois tematiza a relação entre a(s) língua(s), a mídia e a indústria cultural. Justificando essa abordagem glotopolítica na perspectiva materialista do discurso e no interesse pelos “agrupamentos regulares de tipos de enunciados”, conceitualizados como *gêneros do discurso*, o autor explica que eles funcionam como “correias de transmissão” “que levam da história da sociedade à história da língua” (p. 225). A seguir, é apresentada uma profunda descrição da maneira como as diversas formas de reprodução dos bens culturais têm efeitos glotopolíticos; a cultura de massas, com a reprodução multiplicada de enunciados, provoca uma multiplicação também de intervenções sobre o linguístico. Na parte da América Latina em que o espanhol é língua hegemônica, essa cultura de massas presente em todos os países, com a sua pluralidade linguística e cultural, teria dado lugar a uma percepção de identidade linguística conflitante com a ideologia pan-hispânica. Diante disso, surgem tentativas de “neutralização” linguística operadas por empresas de comunicação multinacionais, com o

apoio de instâncias de gestão internacional da língua com centro na Espanha. No Brasil, essa “neutralização” linguística é realizada pela grande mídia, sobretudo a televisiva, de acordo com as características fonéticas próprias do Sudeste do país, localizadas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse sentido, é interessante a comparação realizada entre a ação padronizadora da mídia sobre o português brasileiro e, no caso do espanhol, a intervenção de instâncias que integram grandes empresas e apoio estatal, para promover normas supostamente internacionais.

O livro termina com algumas considerações sobre línguas, política e universidade, muito adequadas aos objetivos que foram enunciados na introdução. Tanto a reivindicação de um lugar para o tratamento da dimensão política da linguagem nas grades curriculares dos cursos de Letras, quanto a denúncia da desigualdade linguística na produção científica e bibliográfica, vêm acompanhadas neste capítulo de encerramento de uma proposta de fortalecimento da presença estratégica do português e do espanhol no campo das ciências.

O trabalho de Celada e Fanjul, enfim, com sua profundidade teórica e sua abundante descrição de casos diversos, se apresenta como um valiosíssimo instrumento para visibilizar intervenções políticas sobre as línguas da região. Sua publicação no Brasil, pela editora da Universidade de São Paulo, demonstra a importância que a reflexão glotopolítica vem alcançando nessa universidade, onde se celebrou, precisamente, o 4º CLAGLO (Congresso Latino-americano de Glotopolítica), em 2019, e que nos últimos anos vem se constituindo como um importante centro de pesquisas discursivas sobre a dimensão política da

linguagem que se projeta, a partir do Brasil, para toda América Latina. Essa visibilização das intervenções sobre política linguística é, sem dúvida, muito necessária para criar as condições que permitam desafiar posições hegemônicas, promover uma efetiva diversidade e diminuir desigualdades nas relações linguísticas da América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Auroux, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- Guespin, Louis; Marcellesi, Jean-Baptiste. “Pour la glottopolitique”. *Langages*. vol. 83, 1986, p. 4-34.
- Guimarães, Eduardo. *Semântica do acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- Mariani, Bethania. *Colonização Linguística: Línguas, Política e Religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos de América (Século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.
- Orlandi, Eni Puccinelli; Souza, Tania. “A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem”. In: Orlandi, Eni Puccinelli. *Política Linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988, p. 27-40.
- Rancière, Jacques. *La méséttente*. Paris: Galilée, 1995.